

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A.

C.N.P.J. nº 60.633.674/0001-55

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

MENSAGEM AOS ACIONISTAS

Em 2011, o IPT consolidou mais um ano do ciclo de modernização de sua infraestrutura laboratorial iniciado em 2008, tendo já investido nesses quatro anos R\$ 150 milhões em sua estrutura e competências, com recursos do Governo do Estado e da linha Fundo Tecnológico (Funtec), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Como parte dos novos equipamentos e instalações já se encontra em operação, 2011 foi mais uma vez marcado pela expansão da atuação do Instituto, que viu aumentar suas receitas de custeio, investimento e fomento, alcançando um valor total de R\$ 177,25 milhões, com crescimento de 7% em relação ao ano anterior. Outra informação que expressa a realidade de atuação do IPT com foco em inovação é o percentual de receita de projetos de P&D sobre o faturamento. Esse índice, em 2011, foi de 16,9%, superando as expectativas para o ano e também o percentual apurado em 2010, que foi de 13,5%. A modernização do Instituto permitiu ainda consolidar uma nova carteira de projetos estratégicos para o desenvolvimento do País. Atualmente, somente no BNDES existe uma carteira em favor de projetos do IPT no valor de R\$ 170 milhões, dos quais R\$ 150 milhões estão enquadrados.

Dentre esses projetos, destaca-se a planta-piloto de gaseificação de biomassa, que será construída em Piracicaba para viabilizar a produção de etanol de segunda geração com a adoção do bagaço de cana como matéria-prima. Essa é uma tecnologia que ainda não foi dominada em nenhuma parte do mundo e sua viabilização será estratégica para a indústria de biocombustíveis. O IPT também está concluindo as instalações dos equipamentos de seu novo núcleo de bionanomanufatura no campus da Cidade Universitária, onde serão concentradas as pesquisas de nanotecnologia, biotecnologia e micromanufatura. Com essa nova estrutura, o Instituto desenvolverá aplicações de nanotecnologia em vários segmentos da indústria, que poderão revolucionar processos e produtos. Vale também destacar o início da operação do Laboratório de Estruturas Leves (LEL), no Parque Tecnológico de São José dos Campos, que dará apoio à indústria aeronáutica para a aplicação de materiais compostos na fabricação de aeronaves, abrindo campos para adoção desses materiais também nos setores automotivo e de petróleo e gás. Essas iniciativas só se concretizam porque o IPT tem feito grande esforço no aprimoramento de seus quadros. Um exemplo é o Programa

de Desenvolvimento e Capacitação no Exterior (PDCE), que somente em 2011 enviou 30 pesquisadores para institutos e universidades estrangeiras, acumulando conhecimentos em áreas estratégicas do desenvolvimento tecnológico atualmente. Na área administrativa, o Instituto experimentou uma ampla modernização de processos com um sistema de gestão de compras com workflow na web, que reduziu os tempos de compra drasticamente. Houve também a integração de compras, RH e financeiro pela implantação de ERP e foram criados alguns órgãos internos importantes para a administração como uma Controladoria e uma Gerência de Gestão Tecnológica, que possibilitaram uma visão mais apurada do desempenho do Instituto. Toda a atividade do IPT passou a ser inserida em um amplo programa de planejamento institucional que virou uma rotina desde 2009, na qual o IPT inteiro desenvolve um plano de execução do próximo exercício sempre pensando em suas prioridades estratégicas sintonizadas com a indústria.

Março de 2012
A DIRETORIA

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

(Em Milhares de Reais)

ATIVO	N.E.	2011	2010	PASSIVO CIRCULANTE	N.E.	2011	2010
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	22.274	12.307	Fornecedores		4.398	11.560
Aplicações financeiras créditos vinculados	4	26.178	23.741	Salários a pagar e encargos a recolher		4.137	4.201
Contas a receber	5	7.457	7.828	Impostos e contribuições a recolher	9	2.199	2.680
Adiantamentos a colaboradores e terceiros		1.502	1.878	Imposto de renda e contribuição social	10	2.188	660
Impostos antecipados e a recuperar	6	5.718	4.653	Adiantamento de clientes	11	7.484	4.552
Estoques		342	338	Obrigações a pagar - férias e encargos		7.641	7.555
Serviços em andamento		794	487	Parcelamentos fiscais		5.151	4.707
Despesas pagas antecipadamente		17	23	Subvenções governamentais -			
Depósitos compulsórios		167	177	Agências de fomento	12	26.210	24.753
Outros valores a receber		61	84	Outras obrigações		310	333
Total do Ativo Circulante		64.510	51.516	Total do Passivo Circulante		59.718	61.001
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo		836	849	Parcelamentos fiscais	13	27.284	36.400
Imobilizado	7	174.565	161.486	Outras exigibilidades		1.989	256
Intangível	8	818	285	Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	14	10.897	9.744
Total do Ativo não Circulante		176.219	162.620	Total do Passivo Circulante		40.170	46.400
TOTAL DO ATIVO		240.729	214.136	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15		
				Capital social		213.951	170.166
				Reservas de capital		9.382	9.382
				Reservas de lucros		264	102
				Recurso para aumento de capital		23.214	43.785
				Prejuízos acumulados		(105.970)	(116.700)
				Total do Patrimônio Líquido		140.841	106.735
				TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		240.729	214.136

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

(Em Milhares de Reais)

	2011	2010
Receita de serviços e produtos	84.596	81.194
Subvenção econômica	61.856	57.110
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	146.452	138.304
Impostos incidentes sobre vendas e serviços prestados	(11.747)	(11.449)
Devoluções e abatimentos	(166)	(580)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	134.539	126.275
Custo dos serviços prestados e produtos vendidos	(91.267)	(87.418)
LUCRO BRUTO	43.272	38.857
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS		
Gerais e administrativas	(23.848)	(25.481)
Honorários conselho de administração e fiscal	(573)	(720)
Serviços de terceiros	(8.223)	(7.264)
Depreciações e amortizações	(1.196)	(1.126)
Provisões diversas	(5.120)	(4.116)
Outras (despesas) e outras receitas operacionais, líquidas	9.554	111
	(29.406)	(38.596)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	13.866	261
Receitas financeiras	4.951	4.282
Despesas financeiras	(5.736)	(2.383)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	13.081	2.160
Imposto de renda e contribuição social	(2.189)	(660)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	10.892	1.500

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

(Em Milhares de Reais)

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Lucros	Recurso para Aumento de Capital	Prejuízos Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	134.743	44.806			(118.098)	61.451
Aumento de capital	35.423	(35.423)				
Recurso para aumento de capital				43.785		43.785
Lucro do exercício					1.500	1.500
Apropriação para reserva legal			75		(75)	
Apropriação para incentivo fiscal					(27)	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	170.166	9.382	75	43.785	(116.700)	106.735
Aumento de capital	43.785			(43.785)		
Recurso para aumento de capital				23.214		23.214
Lucro do exercício					10.892	10.892
Baixa de apropriação para reserva legal			(75)			75
Apropriação para incentivo fiscal					(237)	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	213.951	9.382	264	23.214	(105.970)	140.841

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

(Em Milhares de Reais)

	2011	2010
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	13.080	2.160
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda a contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		
Depreciações e amortizações	7.849	6.242
Ajuste de exercícios anteriores	(91)	
Constituição de provisão para perdas com imobilizado	530	144
Valor residual do imobilizado baixado	13	252
Aumento (redução) nos ativos operacionais		
Aplicações financeiras vinculadas	(2.437)	(11.684)
Contas a receber	372	(543)
Adiantamentos a colaboradores e terceiros	377	1.424
Impostos antecipados e a recuperar	(1.065)	(287)
Estoques	(4)	(22)
Serviços em andamento	(307)	(19)
Despesas pagas antecipadamente	6	(8)
Depósitos compulsórios	10	(35)
Outros valores a receber	23	130
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(7.143)	5.057
Salários a pagar e encargos a recolher	(63)	408
Impostos e contribuições a recolher	(481)	(1.625)
Adiantamento de clientes	2.932	499
Obrigações a pagar - férias e encargos	86	468
Parcelamentos fiscais	444	985
Subvenções governamentais - agências de fomento	1.457	12.409
Outras obrigações	(23)	(176)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	15.565	15.779
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Redução do realizável a longo prazo	13	143
Aquisição de bens do imobilizado	(18.497)	(54.073)
Doações recebidas em bens	(3.085)	(111)
Adição de intangível	(685)	(224)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(22.254)	(54.265)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Parcelamentos	(9.443)	(1.231)
Outras exigibilidades	1.733	85
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	1.152	(242)
Dotação para aumento de capital	23.214	43.784
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	16.656	42.396
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	9.967	3.910
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	12.307	8.397
No final do exercício	22.274	12.307
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	9.967	3.910

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em Milhares de Reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
O Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT tem por objetivo atender a demanda de ciência e tecnologia dos setores público e privado, no seu campo de atuação, bem como contribuir para o desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico, cabendo-lhe entre outras atividades: (a) executar projetos de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico; (b) dar apoio técnico ao desenvolvimento da engenharia e da indústria; (c) formar e desenvolver equipes de pesquisa, capazes de contribuir para o equacionamento e a solução dos problemas de tecnologia industrial do Estado e do País; (d) colaborar em programas de especialização de técnicos diplomados pela Universidade de São Paulo, e por outras instituições de ensino superior em áreas de interesse da ciência e da tecnologia; (e) celebrar convênios ou contratos com pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, nacionais e estrangeiras; (f) prestar serviços a órgãos e entidades do setor público e privado; (g) explorar, direta ou indiretamente, os resultados das pesquisas realizadas; (h) requerer o registro de patentes; (i) ceder o uso de patentes e de outros direitos; (j) editar e publicar trabalhos técnicos, na forma de boletins, revistas e livros. Para o desenvolvimento desses objetivos e para manter suas operações, o IPT recebe dotações orçamentárias do Governo do Estado de São Paulo e subvenções governamentais de agências de fomento. O IPT é um instituto vinculado a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, e há mais de cem anos vem colaborando para o processo de desenvolvimento do País.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
As demonstrações contábeis preparadas pelo Instituto estão de acordo com a NBC TG 1000. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1. Base de preparação e apresentação
As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com a NBC TG 1000. Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A preparação de demonstrações contábeis em conformidade com a NBC TG 1000 requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração do Instituto no processo de aplicação das políticas contábeis não havendo, todavia, áreas ou situações de maior complexidade que requerem maior nível de julgamento ou estimativas significativas para as demonstrações contábeis.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação
As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional do Instituto e, também, a sua moeda de apresentação.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa
Compreendem dinheiro em caixa e depósitos bancários, demonstrados ao custo, e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor demonstrado ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo como contrapartida o resultado do exercício.

2.4. Aplicações financeiras - Créditos vinculados
Aplicações financeiras de liquidez imediata, dos recursos recebidos das Agências de Fomento, estando demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

2.5. Instrumentos financeiros
A administração classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. **Mensurados ao valor justo por meio do resultado** - São ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativo circulante. Os ganhos ou perdas decorrentes das variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado na rubrica "Receitas Financeiras" no período em que ocorrem. Os rendimentos das aplicações financeiras relativo aos créditos vinculados são registrados em conta de "Subvenções Governamentais-Agências de Fomento" **Recebíveis** - Incluem-se nesta categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo superior a 12 meses após a data do balanço, classificados como ativos não circulantes. Os recebíveis do Instituto compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros créditos. **Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge** - Durante os exercícios de 2011 e 2010, o Instituto não operou com instrumentos financeiros derivativos (operações de hedge, swap, contratos a termo e outros).

2.6. Contas a receber
As contas a receber correspondem as transações realizadas com clientes, nacionais e no exterior, registradas pelo valor faturado, diminuída, depois de esgotados os recursos administrativos de cobrança, das Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa.

2.7. Estoques e demais ativos circulantes
Os estoques, representados substancialmente por materiais laboratoriais, produtos químicos e de proteção individual, foram valorizados pelo seu valor de aquisição, deduzidos quando aplicável, por provisão para fazer face a eventuais perdas na sua realização. Os demais ativos circulantes estão demonstrados ao valor de custo ou de realização.

2.8. Imobilizado
Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição ou doação, menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos e tendo como base as taxas usuais demonstradas na nota nº 7, não considerando o valor residual.

2.9. Intangível
Está representado por marcas e patentes e licenças de uso de softwares adquiridas que são capitalizadas com base nos custos incorridos na sua aquisição e preparo do software para sua utilização. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável em cinco anos. As marcas e patentes por não terem vida útil definida estão sendo amortizadas no período de dez anos.

2.10. Provisão para perdas por impairment em ativos não financeiros
Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando há indício de perda do valor recuperável (impairment), o valor contábil do ativo é testado. Quando há perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável; ou seja, o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

2.11. Fornecedores
As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades,

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A.

C.N.P.J. nº 60.633.674/0001-55

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em Milhares de Reais - R\$)

sendo reconhecidos ao valor da fatura ou do contrato correspondente. As referidas contas a pagar são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano após a data do balanço. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

2.12. Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

Atualizadas até as datas dos balanços pelo montante provável das perdas, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados. Para fins de demonstrações estão apresentadas líquidas dos depósitos judiciais correlacionados. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 14.

2.13. Parcelamentos fiscais

Atualizado pelas variações monetárias e pelos juros incorridos até as datas dos balanços, conforme previsto contratualmente e demonstrados na nota explicativa nº 13.

2.14. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda, e 9%, sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real conforme nota explicativa nº 11.

2.15. Demais passivos circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias incorridas.

2.16. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor faturado pelos serviços prestados, e é reconhecida tendo como base os serviços realizados até a data-base do balanço, na medida em que todos os custos relacionados aos serviços possam ser mensurados confiavelmente.

As subvenções recebidas do Governo do Estado de São Paulo para custeio são reconhecidas no momento de seu recebimento e são apropriadas por regime de competência.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2011	2010
Caixa	89	84
Bancos conta movimento	211	155
Aplicações financeiras	<u>21.974</u>	<u>12.068</u>
	<u>22.274</u>	<u>12.307</u>
	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Sistema de Administração Financeira para Estados e Municípios - SIAFEM	654	195
Fundos de investimento em renda fixa	<u>21.320</u>	<u>11.873</u>
	<u>21.974</u>	<u>12.068</u>

Os recursos aplicados no SIAFEM são oriundos de recebimentos de clientes que operam nesse mesmo sistema e são remunerados em aproximadamente 95% da taxa SELIC.

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a cotas de fundo investimento junto ao Banco do Brasil com rendimento aproximado de 9% ao ano.

4. CONTAS CORRENTES E APLICAÇÕES FINANCEIRAS - CRÉDITOS VINCULADOS

	2011	2010
Contas correntes vinculadas	9	66
Aplicações financeiras vinculadas	<u>26.169</u>	<u>23.675</u>
	<u>26.178</u>	<u>23.741</u>

Referem-se a contas correntes bancárias e aplicações financeiras em fundo de investimentos. Esses recursos são disponibilizados a título de Subvenção Governamental por Agências de Fomento para financiamento de projetos específicos não caracterizados como prestações de serviço. Os rendimentos auferidos no exercício por conta dessas aplicações financeiras no montante de R\$1.426 em 2011 (R\$1.136 em 2010) são incorporados aos recursos disponibilizados pelas agências de fomento, classificados na rubrica "Subvenções Governamentais - Agências de Fomento", e permanecem vinculados para a realização dos respectivos projetos, não constituindo, portanto receita financeira do IPT.

5. CONTAS A RECEBER

	2011	2010
Contas a receber	7.604	8.138
Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa	<u>(147)</u>	<u>(310)</u>
	<u>7.457</u>	<u>7.828</u>

Não ocorreram movimentações significativas nas perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a abertura de conta a receber por idade de vencimento era composta como segue:

	2011	2010
A vencer	4.616	5.911
Vencidas:		
De 1 a 30 dias	717	520
De 31 a 60 dias	122	654
De 61 a 90 dias	192	342
De 91 a 180 dias	651	626
Há mais de 180 dias	<u>1.306</u>	<u>85</u>
	<u>2.988</u>	<u>2.227</u>
	<u>7.604</u>	<u>8.138</u>

Apesar do montante de vencidos há mais de 90 dias somarem R\$ 1.957, as perdas estimadas provisionadas são de R\$ 148 porque o critério para sua constituição, somente após esgotarem-se todos os recursos administrativos de cobrança.

6. IMPOSTOS ANTECIPADOS A RECUPERAR

	2011	2010
COFINS a compensar	574	675
PASEP a compensar	138	157
Contribuição social a compensar	1.278	1.198
Imposto de renda a compensar	1.197	1.042
IRRF sobre aplicações financeiras	106	76
IRRF a compensar	2.228	1.303
INSS a compensar	<u>197</u>	<u>202</u>
	<u>5.718</u>	<u>4.653</u>

Os saldos de impostos e contribuições a compensar compreendem os montantes desembolsados a título de antecipações de impostos e contribuições e/ou retidos de clientes, efetuados de acordo com a legislação fiscal vigente.

A movimentação no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 é como segue:

	Saldo em 31/12/2010	Acréscimos	Compensações	Saldo em 31/12/2011
COFINS a compensar	675	1.726	(1.827)	574
PASEP a compensar	156	376	(394)	138
Contribuição social a compensar	1.199	1.237	(1.158)	1.278
Imposto de renda a compensar	1.043	3.206	(2.096)	2.153
IRRF sobre aplicações financeiras	76	30	-	106
IRRF a compensar	1.302	326	(356)	1.272
INSS a compensar	<u>202</u>	<u>-</u>	<u>(5)</u>	<u>197</u>
	<u>4.653</u>	<u>6.901</u>	<u>(5.836)</u>	<u>5.718</u>

7. IMOBILIZADO

a) Composição do imobilizado:

Descrição	Taxa Anual de Depreciação	Custo	Depreciação	2011		2010	
				Líquido	Líquido	Líquido	Líquido
Terrenos	-	37.283	-	37.283	37.283		
Edifícios e benfeitorias	2%	56.930	(24.339)	32.591	28.195		
Máq. e equipamentos	10%	92.206	(52.520)	39.686	37.391		
Instalações	10%	8.503	(6.631)	1.872	766		
Equipamentos de TI	20%	12.584	(9.857)	2.727	2.765		
Instrumentos diversos	10%	942	(922)	20	28		
Veículos	20%	1.908	(1.555)	353	252		
Móveis e utensílios	10%	3.627	(2.395)	1.232	648		
Outras imobilizações		691	(766)	(75)	-		
Imob. em andamento		59.550	-	59.550	54.302		
		<u>274.224</u>	<u>(98.985)</u>	<u>175.239</u>	<u>161.630</u>		
Redução ao valor recuperável		(674)	-	(674)	(144)		
Total do imobilizado		273.550	(98.985)	174.565	161.486		

b) A movimentação do imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 é como segue:

Descrição	31/12/2010	Adições	Baixas	Transfe-rências		31/12/2011
				31/12/2010	31/12/2011	
Terrenos	37.283	-	-	-	-	37.283
Edifícios	51.452	-	-	5.478	-	56.930
Máquinas e equipamentos	85.525	1.969	(572)	5.284	-	92.206
Instalações	7.165	60	(3)	1.280	-	8.502
Equipamentos de TI	11.983	576	(228)	253	-	12.584
Instrumentos diversos	965	-	(22)	-	942	942
Veículos	1.729	198	(21)	2	1.908	1.908
Móveis e utensílios	2.958	150	(47)	565	3.627	3.627
Outras imobilizações	437	-	-	255	692	692
Imob. em andamento	54.302	18.629	(224)	(13.157)	-	59.550
Transferências para intangível	-	-	-	40	-	40
Total	<u>253.799</u>	<u>21.582</u>	<u>(1.117)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>274.224</u>

O valor de imobilizações em Andamento no exercício de 2011 refere-se a máquinas e equipamentos que estão sendo importados como parte do programa de revitalização do IPT, que contou com aporte financeiro de R\$ 23.214 por parte do Governo do Estado de São Paulo para futuro aumento do Capital Social.

8. INTANGÍVEL

É composto como segue:

	Taxa Anual de Amortização	Custo	2011		2010	
			Amortização	Líquido	Amortização	Líquido
Marcas e patentes	10%	358	281	77	337	
Licença de uso de softwares	5%	882	141	741	218	
		<u>1.240</u>	<u>422</u>	<u>818</u>	<u>555</u>	

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	2011	2010
ISS	422	550
PASEP e COFINS	383	487
IRRF - Terceiros e funcionários	1.223	1.206
COFINS - Retenção	88	266
PASEP - Retenção	19	61
Outras	<u>64</u>	<u>110</u>
	<u>2.199</u>	<u>2.680</u>

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As despesas de imposto de renda e contribuição social, apropriadas ao resultado do exercício podem ser demonstradas como segue:

	2011	2010
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	13.080	2.160
Adições/Exclusões	1.176	714
Exclusão do resultado do parcelamento - Lei 11.941/2009	(4.960)	-
Lucro real antes das compensações	9.296	2.874
Compensação de prejuízos fiscais	(2.789)	(862)
Base de cálculo do IR e da CSLL	6.507	2.012
Imposto de renda e contribuição social	2.188	660

A legislação tributária vigente no Brasil não estabelece prazo para compensação dos prejuízos fiscais auferidos em anos anteriores, porém limita sua utilização em 30% do imposto de renda devido no exercício. Também determina que as provisões temporariamente indedutíveis devam ser adicionadas na apuração do lucro real para o cálculo do imposto de renda e da contribuição social do exercício.

Em 31 de dezembro de 2011, o IPT possui prejuízos fiscais acumulados e base negativa nos montantes de R\$ 59.345 e R\$ 37.221 respectivamente R\$ 65.393 e R\$ 40.872 em 2010. O imposto de renda e contribuição social diferida sobre prejuízos fiscais e outras diferenças temporariamente indedutíveis não foram reconhecidos nas demonstrações financeiras em virtude dos prejuízos acumulados incorridos nos últimos anos pelo IPT.

11. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	2011	2010
Petrobrás	5.245	2.930
Plantarium Com. Prod. Alim. Cosm. Farm. Manif.	189	178
TCE Ind. da Amazonia	153	153
Arcellor Mittal Brasil S.A.	-	89
Outros	<u>1.897</u>	<u>1.202</u>
	<u>7.484</u>	<u>4.552</u>

12. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS - AGÊNCIAS DE FOMENTO

	2011	2010
BNDES	21.873	22.056
FINEP	3.188	1.542
FEHIDRO	409	353
CNPQ	126	126
Outros	<u>614</u>	<u>676</u>
	<u>26.210</u>	<u>24.753</u>

13. PARCELAMENTOS FISCAIS

Os débitos que compõem o saldo do parcelamento estão demonstrados como segue:

	INSS Refis (a)	ISS	IPTU	Total
Saldo em 31/12/2010	9.623	19.088	7.689	36.400
Saldo em 31/12/2011	4.228	18.534	4.522	27.284

(a) em Junho de 2011, o IPT consolidou os débitos existentes no Programa de Parcelamento da Receita Federal, estabelecido através da Lei nº 11.941/2009 (Refis da Crise).

14. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

O IPT é parte em ações judiciais e processos perante vários tribunais de naturezas trabalhistas, civis e tributárias decorrente do curso normal de seus negócios.

As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a avaliação da probabilidade de perda pelos assessores jurídicos e quando necessário, foram efetuados depósitos judiciais.

A administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, acredita que as provisões para contingências constituídas são suficientes para cobrir as eventuais perdas com processos judiciais conforme apresentado a seguir:

a) Composição:

	2011	2010
Tributários	4.124	4.124
Cíveis (a)	2.140	2.281
Trabalhistas (a)	<u>4.633</u>	<u>3.339</u>
	<u>10.897</u>	<u>9.744</u>

(a) Cíveis e Trabalhistas referem-se a riscos para os quais a Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, entende ser provável o desfecho desfavorável ao IPT.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O Capital Social subscrito e integralizado é composto de 21.394.982.591 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

b) Reservas de lucros: Face aos prejuízos acumulados em 2010, por orientação dos Auditores Externos, TGB Auditores e Consultores S/S, a Reserva Legal constituída no exercício de 2010, no montante de R\$ 74.997,96 (Setenta e quatro mil, novecentos e noventa e sete reais e noventa e seis centavos), seja destinada a conta de prejuízos acumulados.

c

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A.

C.N.P.J. nº 60.633.674/0001-55

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Conselho Fiscal do **Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT**, representado pelos seus membros, subscritos abaixo, no exercício de suas funções legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, compreendendo: o Balanço Patrimonial e as Demonstrações do Resultado, as Mutações do Patrimônio Líquido e a Demonstração do Fluxo de Caixa, complementadas pelas notas

explicativas e fundamentado nas verificações realizadas nos balancetes mensais e ainda, nas informações colhidas e nos esclarecimentos prestados pelos órgãos da administração da empresa, no decorrer do exercício e com base no Parecer dos Auditores Independentes TGB Auditores e Consultores S/S, datado de 07 de fevereiro de 2012. Os Conselheiros Fiscais são de opinião que as contas e demonstrações contábeis estão em condições de serem submetidas à final apreciação

e aprovação da Assembleia Geral dos Senhores Acionistas, convocados para tal fim.

São Paulo, 27 de Fevereiro de 2012

Carlos Eduardo Esposel
Conselheiro

Claudia Maria D'Angelo
Conselheira

Firmino Luiz Pereira da Mota
Conselheiro

Luiz Carlos Kal Imondi Machado
Conselheiro

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PAULO ALEXANDRE BARBOSA
Presidente

MEMBROS

CARLOS HENRIQUE FLORY
PEDRO RUBEZ JEHA
VAHAN AGOPYAN

GERALDO BIASOTO JUNIOR
ROS MARI ZENHA
JOÃO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA
SÉRGIO TIEZZI JUNIOR

DIRETORIA

JOÃO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA
Diretor Presidente

ALTAMIRO FRANCISCO DA SILVA
Diretor Financeiro e Administrativo

ÁLVARO JOSÉ ABACKERLI
Diretor de Operações e Negócios

FRANCISCO SOUTO OUTEDA
Contador
CRC 1SP154222/O-1

FERNANDO JOSÉ GOMES LANDGRAF
Diretor De Inovação

WALTER FURLAN
Diretor de Pessoas, Sistemas e Suprimentos

JOÃO OSWALDO NATALE
Coordenadoria de Contabilidade e Finanças
CT-CRC 1SP177996/O-4



INSTITUTO DE
PESQUISAS
TECNOLÓGICAS

